

# A globalização da natureza no Vale do Jequitinhonha/MG: a modernização ecológica na monocultura de eucalipto

*Pacelli Henrique Martins Teodoro*

## Resumo

À medida que a crise ambiental se torna consenso no século XX, o espaço globalizado passa a ser produzido com o suporte de nova regulação das fontes de matéria e energia, a fim de controlar, prolongar e economizar tais recursos. Nessa proposta de regulação ambiental pela modernização ecológica, o discurso da sustentabilidade é cooptado pelo poder econômico, como se constata na gestão do grupo Aperam em seu cultivo de eucalipto em Minas Gerais. Por isso, objetiva-se analisar a inserção internacional da questão ambiental na produção capitalista do espaço e demonstrar suas características no Vale do Jequitinhonha. Fundamentada na pesquisa lefebvriana do espaço social, o artigo parte da discussão teórica da ecologia política, como modo de embasar a análise de documentos multilaterais e empresariais, e avança por uma revisão bibliográfica dos projetos desenvolvimentistas e da expansão da monocultura de eucalipto na região desde os anos 1970, com a adição de dados secundários de conflitos. Os resultados mostram correspondência entre os discursos de sustentabilidade presentes na produção global e regional do espaço, materializada na intensificação do uso de recursos voltados ao mercado externo, sem maior geração de empregos e com tecnologias mais voltadas para a produtividade que para as dívidas ecológicas e sociais.

**Palavras-chave** | Aperam BioEnergia; desenvolvimento sustentável; modernização ecológica; monocultura de eucalipto; produção do espaço; Vale do Jequitinhonha.

**Classificação JEL** | F64 Q01 Q23

## The globalization of nature in the Jequitinhonha Valley/MG: ecological modernization in eucalyptus monoculture

As the environmental crisis becomes a consensus in the 20th century, globalised space begins to be produced with the support of new regulations on material and energy sources, in order to control, prolong and economise these resources. In this proposal for environmental regulation through ecological modernisation, the discourse of sustainability is co-opted by

economic power, as can be seen in the management of the Aperam group in its eucalyptus cultivation in Minas Gerais. Therefore, the objective is to analyse the international insertion of the environmental issue in the capitalist production of space and demonstrate its characteristics in the Jequitinhonha Valley. Based on Lefebvre's research on social space, the article starts from a theoretical discussion of political ecology as a basis for analysing multilateral and corporate documents and proceeds to a bibliographic review of development projects and the expansion of eucalyptus monoculture in the region since the 1970s, with the addition of secondary data on conflicts. The results show a correspondence between the discourses of sustainability present in global and regional production of space, materialised in the intensification of the use of resources aimed at the external market, without greater job creation and with technologies more focused on productivity than on ecological and social debts.

**Keywords** | Aperam BioEnergia; ecological modernisation; eucalyptus monoculture; Jequitinhonha Valley; production of space; sustainable development.

**JEL Classification** | F64 Q01 Q23

### **La globalización de la naturaleza en el Valle de Jequitinhonha/MG: la modernización ecológica en el monocultivo de eucalipto**

#### **Resumen**

A medida que la crisis ambiental se convirtió en un consenso en el siglo XX, el espacio globalizado comenzó a ser producido con el apoyo de una nueva regulación de las fuentes materiales y energéticas, con el fin de controlar, prolongar y ahorrar dichos recursos. En esta propuesta de regulación ambiental a través de la modernización ecológica, el discurso de la sostenibilidad es cooptado por el poder económico, como se puede comprobar en la gestión del grupo Aperam en su cultivo de eucalipto en Minas Gerais. Por lo tanto, el objetivo es analizar la inserción internacional de la cuestión ambiental en la producción capitalista del espacio y demostrar sus características en el Valle de Jequitinhonha. A partir de la investigación lefebvriana sobre el espacio social, el artículo parte de la discusión teórica de la ecología política, como forma de sustentar el análisis de documentos multilaterales y empresariales, y avanza por una revisión bibliográfica de los proyectos de desarrollo y de expansión del monocultivo de eucalipto en la región desde los años 1970, complementados con datos secundarios sobre conflictos. Los resultados demuestran correspondencias entre los discursos de sostenibilidad presentes en la producción global y regional del espacio, materializada en la intensificación del uso de recursos destinados al mercado externo, sin suficiente generación de empleos y con tecnologías más centradas en la productividad que en las deudas ecológicas y sociales.

**Palabras clave** | Aperam BioEnergía; desarrollo sostenible; modernización ecológica; monocultivo de eucalipto; producción del espacio; Vale do Jequitinhonha.

**Clasificación JEL** | F64 Q01 Q23

## Introdução

O espaço contemporâneo é contraditoriamente reproduzido a partir do avanço do capital em ampla escala, o qual parcela o espaço mundial pelas normas da economia de mercado e, em paralelo, procura controlá-lo pelas estratégias políticas. Ao incitar a circulação de produtos e recursos, capitais e pessoas, o capitalismo permite a abertura de mercados e, ao mesmo tempo, expande e intensifica a exploração material e energética, porém, precisa limitar circuitos para o próprio acesso. Entre globalizar e flexibilizar, movimentar e controlar, o sistema conduz sua regulação pela articulação do desenvolvimento com o meio ambiente.

Pelo discurso de apenas uma crise que preocupa a todos, a Organização das Nações Unidas (ONU) assegurou que a deterioração ambiental é responsável por ampliar tal crise única, a qual compromete a economia e seu crescimento – o novo vínculo global da ecologia-economia. Para tanto, a agenda internacional apresentou o desenvolvimento sustentável no final do século XX como aquele em que o crescimento da economia é o principal meio de combate à pobreza, por esta responder pela degradação de ecossistemas, com as decisões econômicas encarregadas pelo Estado, pelas empresas transnacionais e pelas entidades financeiras globais.

Com o crescimento como pauta ordinária, a produção da natureza foi orientada mais pela rentabilidade do evento econômico e menos pela irracionalidade do evento físico, seguida da atual meta do capital de globalizá-la, sem um adequado manejo natural (Smith, 1988). Em suma, nas palavras de Leff (2010, p. 27), “[...] o neoliberalismo ambiental propõe que se atribuam preços de mercado, valores e direitos de propriedade à natureza, e promete que o mercado se encarregará [...] de equilibrar a ecologia e dotar a sociedade de equidade”.

No Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, a cultura do eucalipto faz parte de seu passado e presente. Nos anos de 1970, seu plantio em larga escala foi introduzido pela política econômica do regime militar (1964-1985) e, de lá para cá, a europeia Aperam BioEnergia tornou-se referência na produção do carvão vegetal, advindo das florestas de eucalipto nos municípios de Itamarandiba, Capelinha, Turmalina, Veredinha e Minas Novas. Centralizada na sustentabilidade, a gestão dessa empresa exemplifica indícios de adesão dos discursos ambientais na produção dos recursos naturais, beneficiando-se da reestruturação do pensamento dialético sobre a mudança social e ecológica, denominada de modernização ecológica (Harvey, 1996).

Para tanto, o artigo possui o objetivo de debater a recente inserção internacional da questão ambiental na produção capitalista do espaço e demonstrar suas características presentes no Vale do Jequitinhonha. E pela importância de evidenciar similaridades entre tais escalas geográficas, da global à regional, para poder somar ao debate ambiental e instrumentalizar as ações coletivas, o trabalho proposto

justifica-se pela urgência de reflexões contra hegemônicas quando se propagam, cada vez mais, novos discursos de desenvolvimento em prol da natureza, embora ainda se vejam antigas práticas com preocupação central no crescimento econômico. Como decorrências, territórios periféricos do capitalismo assistem à multiplicação de cotidianos desunidos socialmente, pela falta de transparência na expansão e implantação de megaprojetos, e impostos autoritariamente, de cima para baixo, por decisões realmente não participativas.

A construção do presente texto está estruturada em torno de duas partes principais, além da parte metodológica e conclusiva. A primeira, “A produção global da natureza”, propõe relacionar as características da emergente globalização com a anunciada crise ambiental, ambas no auge da década de 1970, e, a partir disso, como o próprio sistema traçou politicamente novas regulações e controles ecológicos, com foco no crescimento econômico para diminuir a pressão ambiental. E a segunda, “Do global ao Vale: Aperam e seus conflitos”, busca identificar traços desta moderna produção global da natureza no Vale do Jequitinhonha, por meio dos discursos de sustentabilidade do grupo Aperam e suas práticas na monocultura de eucalipto, traduzidas comumente em conflitos ambientais na região.

## **A produção global da natureza**

No que diz respeito ao conceito de produção, esse não se concretiza plenamente e nem assume um conteúdo verdadeiro até que sejam dadas respostas a questões que esse mesmo torna possíveis: “quem produz?”, “o que?”, “como?”, “por que e para quem?”. Fora do contexto dessas questões e de suas respostas, o conceito de produção permanece puramente abstrato (Lefebvre, 1991, p. 69, tradução nossa).

Segundo a periodização lefebvriana da história espacial em função dos modos de produção, a sociedade percorre por uma sequência de espaços, sendo que nenhum desaparece completamente (sem traços), mas sim, um persiste como suporte para outro. O espaço absoluto, o início orgânico coerente e agropastoril, transformado em ritos religiosos e símbolos políticos e marcado pela relação conflituosa campo-cidade, passa para o histórico, o relativizado, animado pela cidade histórica ocidental e sua expansão acumulativa. Pela separação do trabalho da vida social, esse se torna o espaço abstrato, o formal e quantificado, voltado para o exercício do capitalismo e seus centros de riqueza e poder. Sem as ilusões de transparência, pureza e neutralidade, o espaço contraditório repousa nesse último, por antigas (desde o histórico, em atenuação ou agravo) e novas contradições (principalmente entre o controle global do espaço e seu parcelamento pelas normas da economia de mercado), e antecede a idealização tendente, o espaço diferencial – a antítese do abstrato.

O espaço abstrato, aquele prático-sensível, responde por simbolismos da apreensão espacial, a qual nega diferenças biológicas e históricas, dificulta resistências e acarreta violências para o pleno funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo estilizado e dissimulado (Lefebvre, 1991). Em sua fase neoliberal, o sistema possui três níveis inter-relacionados no espaço social para sua perpetuação: as reproduções biológicas (a família), da força de trabalho (a classe operária, *a priori*) e das relações sociais de produção (as relações constitutivas do capitalismo, cada vez mais impostas como tal). Nessas reproduções, a última se sobrepõe à primeira, com predomínio na prática espacial (técnicas, ciência e informações) e supremacia das representações do espaço (saber e poder), em redução dos espaços de representação (cultura e cotidiano).

Dominante dos centros de riqueza e poder e, para tanto, uma positividade para as técnicas, as ciências aplicadas e os saberes de prestígio, o espaço abstrato é, segundo Lefebvre (1991), vital para o funcionamento do capitalismo, o exercício do Estado e a violência militar, como espaço repressivo da objetivação monumental, arrogante e autoritária (burocrático-política), caracterizado por ser homogêneo, fragmentado e hierárquico. Ao negar as diferenças naturais (fisiológicas) e sociais (históricas), o espaço abstrato iguala todos e reduz tudo, embora mantenha dialeticamente desigualdades e se favoreça do desenvolvimento desigual.<sup>1</sup>

No decorrer dos tempos, as antigas contradições específicas do espaço ora se atenuam, ora se agravam, com a emergência de novas contradições pelo movimento entre a dissociação de relações e a união de outras (Lefebvre, 1991). Desde a década de 1970, o espaço intrinsecamente contraditório é reproduzido a partir da globalização capitalista, caracterizada por ser um processo de internacionalização que ultrapassa os limites fronteiriços entre países e deve-se tanto ao ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital quanto ao impulso de eliminar as barreiras espaciais, conforme Harvey (2012b).

Em momentos cíclicos e instáveis, o capitalismo precisa ser reinventado para sua lógica de produção continuar válida e, no século XX, o modelo inglês-estadunidense foi readaptado, devido a guerras, crises e sua internacionalização. Em preservação do livre mercado, da propriedade privada e da liberdade individual, os princípios básicos do liberalismo econômico clássico do século XVIII, por Adam Smith (1723-1790), o sistema ascendente propôs um programa de reforma neoliberal, baseado em quatro eixos: 1) a reforma do Estado por profundas mudanças estruturais e institucionais, com o desmanche do Bem-estar Social; 2) a liberalização do mercado externo pela abertura de fronteiras nacionais, para o livre fluxo internacional de mercadorias e capitais; 3) a desregulamentação do mercado interno pela privatização/desnacionalização de empresas e serviços estatais; e 4) a estabilidade

---

<sup>1</sup> Embora signifique muitas coisas para muitas pessoas, o desenvolvimento desigual é, antes de tudo, uma lei universal da história social ou, de maneira abstrata, a essência da contradição (Smith, 1988).

monetária pela adoção de uma política monetarista heterodoxa, a favor de ampla abertura da economia ao capital estrangeiro (Castro; Gontijo; Amabile, 2012).

A abertura de mercados, as privatizações e as desregulamentações constituem, de acordo com Acselrad (2008), os mecanismos decisivos para a grande rapidez pela qual os capitais passaram a se deslocar nos espaços da acumulação, tanto da produção quanto das finanças. E o aumento da mobilidade espacial do capital, sob o comando das empresas transnacionais, pressiona a extensa extração e intensa produção dos recursos naturais. Em simples palavras, o grande capital circula pelo mundo em busca de melhores condições para sua reprodução segmentada, com lucro do que há de melhor em matérias-primas de cada país, além de mão de obra barata e incentivos fiscais e creditícios. A degradação natural e decadência social são produtos dessa acumulação ampliada.

Nessas transações globais, o mercado distancia a natureza de sua originalidade como em nenhum outro momento histórico. No modo globalizado de produção, Smith (1988, p. 94) assegurou que a relação do capitalismo com a natureza transforma-se na relação de valor de troca, pois a produção é acompanhada pela satisfação particular do lucro, não mais pela de necessidades gerais, por seu valor de uso; “na busca de lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza”. E junto ao impacto tecnológico,<sup>2</sup> o destino natural é a flexibilidade político-econômica das fontes dos recursos naturais, as quais são cada vez mais associadas a termos como exaustão, poluição, extinção.

Por seus efeitos multidimensionais, a resultante crise ambiental firmou o consenso que a degradação do meio afetaria o crescimento econômico e, por isso, a preocupação ambiental foi despertada no debate internacional. Aquela tradicional visão da natureza como fonte inesgotável de recursos alterou-se a partir do reconhecimento dos danos ambientais pelas atividades econômicas e da nova regulação e dos controles ecológicos pelas estratégias políticas.

Nesse período de reformas econômicas e políticas, a maior representante dos países industrializados apresentou um discurso único de crise global. No documento “Nosso futuro comum”, de 1987, a ONU declarou que as crises (ambiental, econômica, do desenvolvimento, energética etc.) são interligadas e não isoladas, em recorrência ao alarme demográfico (explosão populacional) e a reverência tecnológica (solução técnico-científica). E este vínculo entre a ecologia global e a economia global deve-se à deterioração ambiental e o consumo intensivo de recursos não renováveis, em destaque para América Latina, Ásia, Oriente Médio e

---

<sup>2</sup> Conforme Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), 25 a 30 dos elementos da tabela periódica da química eram manipulados em 1945, sendo que todos os 90 e mais 26 sintéticos passaram a ser utilizados no século XXI.

África, pois ambas as preocupações amplificam tal crise una e comprometem a economia e seu crescimento.

Antes, nossas principais preocupações centravam-se nos efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Hoje, precisamos de estar igualmente preocupados com o modo pelo qual a degradação ambiental pode diminuir ou reverter o desenvolvimento econômico. Numa área após outra, a degradação ambiental está minando o potencial de desenvolvimento. Esta ligação básica foi colocada em evidência pelas crises ambiental e do desenvolvimento na década de 1980 (United Nations, 1987, p. 47, tradução nossa).

Assegurada pela ONU, a temática ambiental é parte significativa do atual modo de regulação do sistema mundial para sua acumulação flexível (Harvey, 2012a) do capital. Quando se fala de desregulamentação, outras regulamentações são paradoxalmente apresentadas, inclusive ainda mais numerosas. “A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas [...]. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (Santos, 2012, p. 275). E neste regime capitalista de acumulação, um tratado de normas de “[...] vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada” (Santos, 2012, p. 275), restringe o acesso social em manutenção da hegemonia e, também, intensifica o domínio ecológico em extensão da deterioração.

Daí, quando a globalização incita a abertura de mercados e trocas entre países, mas o binômio desenvolvimento-meio ambiente precisa regular tais circuitos comerciais, a cunhada crise (ambiental) global torna-se um discurso viável, pois a natureza deve ser produzida com planejamento, habilidade e eficácia, em razão de seu estado avançado de degradação pelos países pobres. Ao mesmo instante, o sistema libera e restringe, dá e toma. E para isso, no cerne do capitalismo, o tema ambiental desperta em seu modo de regulação – um conjunto de normas implícitas ou explícitas por qual os mecanismos institucionais e funcionais mediam e compatibilizam planos individuais discordantes da lógica coletiva do regime de acumulação (Lipietz, 1984).

De crises para ápices, o sistema está à procura de outras normas dentro de seu padrão de organização, para reestruturar e seguir avante com sua dinâmica econômica. Na acumulação flexível, o capitalismo objetiva a dominação das bases materiais e fontes energéticas pela bandeira verde/ambiental erguida e seu discurso desenvolvimentista (que nunca foi, diga-se de passagem, neutro), para potencializar, homogeneizar e internacionalizar a produção do espaço. Afinal, “o que sempre existiu foi a vontade do ser humano de se reproduzir, de crescer e de melhorar de vida. O desenvolvimento capitalista é uma versão dessa vontade sob a tutela de uma minoria que consegue geri-la em proveito próprio” (Acselrad; Leroy, 1999, p. 1).

Em resposta ao apelo da Assembleia Geral da ONU para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), a coordenadora-geral Gro Harlem Brundtland teve a meta de criar uma agenda global para mudança, isto é, mudança fundamentada em uma nova era de crescimento econômico, com análises e recomendações entre pobreza, desigualdade e deterioração ambiental (United Nations, 1987). Apoiada em práticas conservacionistas e de expansão dos recursos naturais pela lei da oferta-procura do mercado, a intensificação internacional do crescimento econômico foi vista como essencial para mitigar a pobreza crescente e as pressões ecológicas, intimamente interligadas e presentes em países do então Terceiro Mundo.

Se grande parte do mundo em desenvolvimento quiser evitar catástrofes econômicas, sociais e ambientais, é essencial que o crescimento econômico global seja revitalizado. Em termos práticos, isso significa um crescimento econômico mais rápido nos países industrializados e nos países em desenvolvimento, maior liberdade de acesso ao mercado para os produtos dos países em desenvolvimento, taxas de juros mais baixas, maior transferência de tecnologia e fluxos de capital significativamente grandes, tanto concessionais como comerciais. [...] A avaliação global desta Comissão é que a economia internacional deve acelerar o crescimento mundial, respeitando simultaneamente as restrições ambientais (United Nations, 1987, p. 96, tradução nossa).

Em substituição do recente ecodesenvolvimento pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972),<sup>3</sup> o desenvolvimento sustentável foi a nova expressão-chave da agenda como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades (United Nations, 1987). Derivados dessa definição, a ONU apresentou as principais políticas ambientais e desenvolvimentistas que norteariam a nova agenda global, as quais podem ser descritas, juntamente a seus respectivos objetivos, no resumo Quadro 1.

---

<sup>3</sup> A Cúpula da Terra I é considerada o marco político do debate internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente. Ocorrida em Estocolmo (Suécia), a conferência teve o ecodesenvolvimento como carro-chefe do evento, definido como outro desenvolvimento adaptado às áreas rurais e, posteriormente, urbanas do Terceiro Mundo, com critérios no uso dos recursos locais para não comprometer o meio natural (United Nations, 1973). Ressalta-se que o fundamento dessa proposta conceitual parte do Clube de Roma e seu notório livro “Os limites do crescimento”, de 1972, voltado à análise sistêmica entre crescimento demográfico (comumente associado a países subdesenvolvidos) e consumo de recursos naturais não renováveis.

**Quadro 1 – As políticas ambientais e desenvolvimentistas e seus objetivos**

Política global	Objetivo
Retomar o crescimento	O agravamento da pobreza induz maior pressão sobre o meio ambiente pelo uso insustentável de recursos e, logo, a estagnação e o declínio econômico devem ser invertidos, em especial nos países em desenvolvimento, para uma economia mundial sustentável.
Alterar a qualidade do desenvolvimento	O desenvolvimento é mais do que o crescimento, ambos devem se apoiar mutuamente, a fim de tornar o enfoque menos intensivo em matérias-primas e energias e o impacto mais equitativo na distribuição de renda. E nessa mudança, a sustentabilidade está presente em menor vulnerabilidade da sociedade em curto ou longo prazo.
Atender às necessidades humanas essenciais	As satisfações das prioridades básicas e aspirações são o principal desafio do desenvolvimento, como emprego, alimentação, energia, água e saneamento.
Manter um nível populacional sustentável	A estabilização demográfica com a capacidade produtiva num nível coerente e paralela aos países industrializados, visto que o tamanho da população e seu modo ativo de utilização dos recursos naturais comprometem a sustentabilidade do desenvolvimento.
Conservar e melhorar a base de recursos	Amplas reformas políticas face aos altos níveis dispensáveis de consumismo, para o uso eficiente e a preferência por fontes renováveis.
Reorientar a tecnologia e administrar o risco	A ampliação e o aperfeiçoamento tecnológico nos planos de segurança, em atento os fatores ambientais e a adoção de novos mecanismos legais e institucionais, nos casos de riscos dos sistemas em redes (eletricidade, comunicação e transporte).
Incluir o meio ambiente e a economia no processo de decisões	Sem se oporem necessariamente quando se interagem na prática, as considerações econômicas e preocupações ecológicas devem ser integradas nas tomadas de decisão, por meio de mudanças de atitudes e objetivos e, em decorrência, novas disposições institucionais em todos os níveis.

Fonte: United Nations (1987, p. 59-73).

Em síntese, a proposta geral do desenvolvimento sustentável é combater a pobreza, a verdadeira responsável pela degradação ambiental, a partir de um crescimento econômico em torno de decisões do Estado, das empresas transnacionais e das entidades financeiras globais. Para tanto, as medidas provêm de acertos nas áreas demográficas, da segurança alimentar, dos ecossistemas, energéticas, industriais e urbanas, pelo redirecionamento tecnológico e pela qualificação institucional. Preferentemente, a sustentabilidade materializa-se na maximização do padrão produção-consumo pela leitura do uso eficiente de matérias e energias, da prioridade

por fontes renováveis, do reaproveitamento de recursos (reduzir, reutilizar, reciclar), enfim, controlar, prolongar, economizar o espaço, por e para as iniciativas privadas.

A atitude e liderança dessas propostas são concentradas pelo poder da ONU, o qual participa da regência e do domínio do cenário geopolítico global por estratégias engenhosas (representações perspicazes) para ações eficazes (práticas produtivas). Sejam mais nítidas em um ou menos óbvias em outro, as representações do espaço e suas urgências e medidas globais, segundo a própria ONU, equivalem aos reflexos da prática espacial comum de certos países dominantes nessa organização, os industrializados, e se alastram para aqueles países alcunhados em desenvolvimento, tão distintos entre si e dispersados na periferia do sistema – uma minoria hegemônica influencia e interfere em diferentes realidades e necessidades da grande maioria.

Ainda assim, a ONU consegue introduzir e impor seus propósitos particulares como emergenciais nas agendas do governo de quase todos seus membros, tais quais podem ser identificados a partir de indícios da prática espacial, em conformidade com as representações do espaço. No caso do Brasil, alguns acordos temporais são destaques: a) a supremacia do saber técnico-científico em detrimento dos culturais, tradicionais e locais; b) a hegemonia do Estado no plano de desenvolvimento, junto à presença do mercado; c) a participação marcante de corporações transnacionais, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial na adição da questão ambiental às decisões econômicas; d) a responsabilidade coletiva, de todos, apesar da culpabilidade individual, de alguns agentes; e) a condução expulsiva da população carente de seus territórios; f) o crescimento econômico como prioridade, com a capitalização privada da natureza e seus recursos como reserva de capital futuro (Acselrad, 2004; Arantes; Vainer; Maricato, 2002; Becker, 2008; Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006; Santos, 2012; Porto-Gonçalves, 2006). Dessa maneira, a produção do espaço brasileiro condiz com práticas fundamentadas e legitimadas por representações externas, vindas e apropriadas de espaços historicamente díspares a favor da ampliação de desigualdades.

E uma das razões do êxito das referidas práticas espaciais em vigência deve-se ao discurso da modernização ecológica, apoderado por governos, representantes do grande capital e organizações globais e transnacionais para gerenciar os recursos naturais do mundo. Para Harvey (1996), há sinais da adoção/cooptação da modernização ecológica nas últimas décadas por grupos de pressão ambiental e configurações institucionalizadas de poder político-econômico, que corromperam o discurso original por outra representação discursiva das formas dominantes de poder econômico.

A atividade econômica é a principal responsável por produzir sistematicamente danos ambientais e, em vista disso, a modernização ecológica recomenda que a sociedade adote uma postura proativa pela regulação ambiental. Esta prevenção é,

originalmente, um conjunto mais sistemático de políticas, arranjos institucionais e práticas regulatórias e “a palavra-chave nesta formulação é ‘sustentabilidade’. Embora existam múltiplas definições do que isso pode significar [...], o conceito está, sobretudo, no cerne da política de modernização ecológica” (Harvey, 1996, p. 377, tradução nossa).

Irreversibilidade pelo esgotamento de recursos naturais não renováveis; riscos com o potencial de longo alcance e duração; e ineficiência pela disparidade entre ações e resultados fazem, portanto, parte do conjunto das palavras de ordem para justificar e promover a modernização ecológica. Mas desenraizada do movimento ambientalista, essa serve a interesses específicos para proveitos de poucos, desde seu início no Clube de Roma (1968) e sua consolidação na Comissão de Brundtland (1987). Uma série de estratégias de cunho neoliberal para implementar programas de reformas liberais em vista ao crescimento econômico e impasse ecológico, por meio da adaptação tecnológica, economia de mercado, crença em colaboração e consenso, apesar de não articular os problemas ambientais ao tema da desigualdade – enfim, essa definição resume a dominação das propostas da modernização ecológica (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

E esta capitalização global da natureza é também acompanhada de sua politização, quando a dimensão política do espaço é revista. Para Becker (2008), a proposta da Comissão de Brundtland, uma cooperação internacional sustentada em outra relação entre a sociedade e a natureza, é a feição específica da geopolítica contemporânea, sua nova racionalidade. Para manter a acumulação, o sistema capitalista ajusta-se conforme o tempo e espaço, adaptação flexível que encontrou a fonte de poder na dominação crescente dos recursos naturais como reservas de valor, sem uso produtivo imediato. Para tanto, o capitalismo busca a autoridade “tecno(eco)lógica” como forma de controlar o capital natural para o futuro.

Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), ao mesmo tempo em que se vê a sucumbência de muros e signos contemporâneos Leste-Oeste, outros novos Norte-Sul são materializados no espaço planetário. Essa divisão setentrional-meridional do mundo, pela relação de países desenvolvidos-subdesenvolvidos, é reafirmada pela atual política econômica capitalista, a qual acentua as desigualdades de centro-periferia, onde o mundo é dividido em rápido e lento pelo conhecimento técnico-científico e pela posse de informações. E sobre *apartheid* tecnológico, a temática ambiental abordada pela ONU não se refere ao acerto de contas entre técnicas e cooperação, muito menos entre economia e ecologia; afinal, em exemplo de seu principal artifício discursivo, o desenvolvimento sustentável não passa de “[...] um mecanismo de regulação do uso do território que, à semelhança de outros, tenta ordenar a desordem global. E, como tal, é um instrumento político” (Becker, 2008, p. 295).

A questão ambiental é essencialmente conflitiva por ser intrinsecamente desigual. Nem todas as pessoas estão protegidas no meio natural ou possuem acesso a seus

recursos de modo equitativo: a exposição desproporcional dos mais carentes de recursos financeiros e políticos aos males ambientais, juntamente ao acesso desigual dessa mesma parcela da população na esfera da produção (recursos do território) e do consumo (recursos já transformados em bens manufaturados), indicam uma clara desigualdade ambiental (Acselrad et. al, 2009) na raiz da produção do espaço. E por não debaterem tais relações de poder sobre os recursos naturais do Planeta, os eventos da ONU representam, sobretudo a recente Conferência Rio+20 (United Nations, 2012) e sua proposta de economia verde, um tipo de “ambientalismo-espetáculo”, para Acselrad (2012).

Como processo recursivo que vincula medidas modernas e intervenções inovadoras a certo objeto, pela combinação de práticas, interesses e publicidades, a espetacularização costuma recorrer ao adjetivo sustentável para legitimar as ações ambientais na produção do espaço, convencendo de seus propósitos e exacerbando seus feitos. Sobre agentes que se valem desse recurso e adotam o alarmismo ambiental em suas atividades econômicas para “o bem do Planeta”, por assim dizer, David Harvey (1996, p. 382-383, tradução nossa) considerou que, “na verdade, não é impossível imaginar um mundo em que a grande indústria [...] possa dominar o mundo, ainda mais do que o faz atualmente, em nome de ‘sustentabilidade’, modernização ecológica e gestão global adequada em vista da saúde supostamente frágil do planeta Terra”. E no Vale do Jequitinhonha, a Aperam BioEnergia é um exemplo disso.<sup>4</sup>

## Procedimentos metodológicos

O estudo parte da discussão teórica sobre as formas globais de dominação da natureza pelo viés da ecologia política, por ser considerada uma política centrada na reapropriação social da natureza, conforme Enrique Leff (2004). Como um tipo de ambientalismo crítico, a ecologia política contesta ideologias que sustentam as racionalidades econômica e ecológica e, também, orienta ações para a construção de outra sociedade, desde os confrontos teóricos pela produção e apropriação de conceitos, como no campo discursivo da sustentabilidade, até pelas relações de poder no conhecimento (Leff, 2004, 2010).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A atual Aperam BioEnergia é a antiga Florestal Acesita S.A., criada em 1974 como parte da empresa Acesita (fundação em 1944 e privatização em 1992).

<sup>5</sup> “As categorias filosóficas e os conceitos teóricos descem das alturas do pensamento e enraízam-se no campo das lutas políticas. [...] Assim, os significados de noções como biodiversidade, território, autonomia e autogestão são reconfigurados, dentro de estratégias discursivas onde ‘fazem direitos’, enraízam-se nos atores sociais e conduzem ações em direção à reapropriação social da natureza” (Leff, 2004, p. 270-271).

E para fundamentar esta discussão sobre a produção global da natureza, recorre-se à pesquisa da teoria unitária do espaço, por Henri Lefebvre (1991). Ao considerar espaço e tempo como produtos sociais, que não são vazios e nem passivos, o autor (1991) parte do entendimento que cada sociedade produz o próprio espaço, por meio da interação dialética de apropriação e dominação. Assim, deve-se levar em conta que tal processo é infundável, pois tantos espaços não são produzidos segundo propósitos eternos, mas sim, de acordo com objetivos específicos e vigentes em momentos particulares da história, quanto texturas do espaço são apropriadas ou dominadas socialmente com o passar do tempo, fato que sequencia uma série de transformações por meio de compenetrações e/ou superposições espaciais. Logo, essa pré-existência espacial condiciona a presença, a ação e o discurso do ser humano ou social e, por isso, a periodização da história do espaço, em função dos modos de produção, é um dado relevante a ser considerado na emergência da globalização e suas conexões ambientais.

Com alicerce nessas reflexões, Lefebvre (1991) ainda propôs o estudo sobre o espaço a partir da prática espacial, das representações do espaço e dos espaços de representação – uma tríade espacial que deve ser articulada e apoiada na globalidade.<sup>6</sup> A prática espacial refere-se à dimensão material das atividades e interações sociais, a qual é cognoscível e perceptível da maneira que se apresenta por meio de sentidos; objetivas com perspectivas abstratas, as representações do espaço já se relacionam à dimensão das ideias do meio intelectual, a qual é penetrada de saberes (uma mistura de conhecimentos e ideologias) e, logo, dominante numa sociedade, tendente a um sistema de signos verbais e códigos que emerge ao nível do discurso; e os espaços de representação remetem-se à dimensão simbólica da vida social e arte, na qual símbolos se conectam a processos de significação, propensa a um sistema de signos não verbais, com ou sem códigos, que se resulta do experimento de seres humanos na prática de sua vida cotidiana (Lefebvre, 1991).<sup>7</sup> Como suporte metodológico da discussão teórica adotada em torno de produção e espaço/natureza, a presente tríade dimensional se faz presente ao longo do texto.

Por ser um marco histórico na agenda ambiental e ter alcance global, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como o principal representante da modernização ecológica. De sua proposição teórica original à atual, esse tipo de desenvolvimento é analisado com base em seus principais documentos multilaterais

---

<sup>6</sup> Ao contrário da proposta clássica de dois termos em justaposição, a qual se reduziria a efeitos de oposição entre o espaço físico e o espaço social, a lefebvrina de três termos indica a metamorfose da relação dialética no seio da triplicidade, com o dever de ser analisada separadamente, todavia, sempre trabalhada conjuntamente.

<sup>7</sup> A proposta de uma tríade dimensional figura uma realidade socioespacial tridimensional, ou seja, a teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e terceiro, a produção de significados (Schmid, 2012) – uma dialética fundamentada em Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), respectivamente.

(United Nations, 1987; 2012), seguido da síntese das políticas ambientais e desenvolvimentistas previstas, devidamente organizadas no Quadro 1 – recurso que favorece um panorama teórico do desenvolvimento sustentável e ampara a análise multiescalar entre global e regional. E numa aproximação teórico-prática, o relatório técnico da Aperam BioEnergia (Aperam, 2017),<sup>8</sup> junto às últimas informações virtuais a respeito de meio ambiente e responsabilidade social (Aperam, 2024), ilustram como a sustentabilidade é incorporada pelas práticas empresariais.

A partir desse estudo específico, a região do Vale do Jequitinhonha passa a delimitar o recorte geográfico da pesquisa, devido à atuação da Aperam BioEnergia em cinco municípios, a saber, Itamarandiba, Capelinha, Turmalina, Veredinha e Minas Novas, todos situados no Alto Jequitinhonha. E em razão de a empresa concentrar suas florestas de eucalipto nessa área territorial para a produção do carvão vegetal, a pesquisa volta suas análises à monocultura de eucalipto, como seu recorte temático.

Pelo fato de a cultura do eucalipto fazer parte de uma história ainda corrente no Vale, a revisão bibliográfica parte de sua política de modernização capitalista, por meio dos projetos desenvolvimentistas na década de 1970. Por outro lado, tensões que envolvem atualmente a monocultura de eucalipto na região complementam essa revisão crítica, por meio de dados secundários no mapa dos conflitos ambientais do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), coordenado pela profa. Andréa Zhouri da Universidade Federal de Minas Gerais.<sup>9</sup> Na seleção, os conflitos segundo atividade (monocultura de eucalipto) e localização (Itamarandiba, Capelinha, Turmalina, Veredinha e Minas Novas) foram todos identificados e caracterizados individualmente (Gesta, 2024), para serem relacionados à discussão teórica central (Harvey, 1996; Leff, 2004; Lefebvre, 1991) e confrontados à análise documental (Aperam, 2017, 2024; United Nations, 1987, 2012).

---

<sup>8</sup> A escolha analítica do relatório de sustentabilidade do ano de 2016 se justifica por ser tratar de um documento específico sobre Aperam South America e Aperam BioEnergia, sendo a publicação mais completa (52 páginas) e atualizada (2017) pelo grupo Aperam. E por ter o Vale do Jequitinhonha como foco de pesquisa, o estudo considerou o nível de detalhamento desse relatório como o mais representativo territorialmente, em detrimento de outras publicações até mais recentes, porém, gerais sobre a própria empresa no cenário internacional.

<sup>9</sup> Embora a produção de dados primários (trabalhos de campo com entrevistas e registros fotográficos dos cinco territórios) fosse o procedimento ideal para complementar a análise e discutir os resultados de projetos e ações ambientais da empresa em questão no Vale, a pesquisa optou-se por utilizar tais dados já mapeados devido à escassez de recursos, principalmente de tempo e custeio. Ainda assim, entende-se que essa dificuldade pontual não comprometeu o estudo em demonstrar a distância da realidade materializada das comunidades com o discurso empresarial.

## Do global ao Vale: Aperam e seus conflitos

Um dos fundamentos da globalização é a reestruturação produtiva, conhecida por ser uma reorientação estratégica devido ao acréscimo de novas tecnologias nos processos de produção e reordenamento político de instituições econômica e social, para elevar ganhos e baixar custos. De acordo com Costa (2008), essa internacionalização da produção é responsável pelo recente capítulo da história do capitalismo: os países centrais passaram a extrair o valor fora de suas fronteiras nacionais; anteriormente, esses conseguiram capturar a mais-valia dos países periféricos por meio do comércio mundial e da exportação de capitais.

A partir da globalização, o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a criação de centenas de milhares de filiais pelo mundo afora e transformou o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a ter a possibilidade de se utilizar das melhores disponibilidades dos países, quer em termos de mão-de-obra, quer em termos de matérias-primas, facilidades fiscais e creditícias, além da precarização do trabalho, o que lhe permitiu recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial (Costa, 2008, p. 24).

O comando deste modo globalizado de produção é das empresas transnacionais, com suas matrizes concentradas nos Estados Unidos da América, na União Europeia e no Japão. As grandes corporações buscam a valorização do capital e, ao mesmo tempo, pressionam tanto a política econômica local quanto a política ambiental local de onde suas filiais estão instaladas – a guerra fiscal acompanha a guerra ambiental (Acsehrad, 2008).

Neste caso específico, o grupo Aperam é uma empresa de capital aberto, com ações nas bolsas de Amsterdam, Bélgica, Luxemburgo e Paris, e possui cinco unidades produtivas na Bélgica, no Brasil e na França.<sup>10</sup> Com três unidades no território brasileiro (a sede da usina siderúrgica em Timóteo-MG e escritórios em Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP), a Aperam South America integra esse grupo, com fatias do mercado interno, das Américas Latina e do Norte, da África, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania. E sua subsidiária Aperam BioEnergia estende-se por cinco municípios do Vale do Jequitinhonha, onde produz carvão vegetal a partir das florestas de eucalipto. Todavia, a inserção do eucalipto na região remonta-se a um passado recente e autoritário.

---

<sup>10</sup> “Reúne ainda 20 escritórios de vendas, 14 centros de serviços, sete plantas de transformação e emprega cerca de 9.600 pessoas de 53 nacionalidades” (Aperam, 2017, p. 6).

Para Calixto e Ribeiro (2007, p. 437), ao percorrer o Vale do Jequitinhonha, sobretudo a região do Alto Jequitinhonha, “[...] surpreende-se ao deparar com extensões de terras planas, ocupadas por maciços de eucaliptos retilíneos que contrastam com a vegetação tortuosa de cerrado nativo”. Essa transição repentina do bioma regional para a monocultura de eucalipto é resultado de uma política econômica idealizada por governos militares a partir da década de 1970, com a finalidade de fornecer matéria e energia vegetais para os setores industriais em expansão e sob a justificativa de desenvolver o “Vale da miséria”, assim denominado nacionalmente devido a seu “bolsão de pobreza” que o tornava uma “região problema”, que só seria resolvida pela geração de emprego como forma de dinamizar a economia regional.

Apesar do discurso de desenvolvimento regional, a política de introduzir o eucalipto no Vale do Jequitinhonha atendeu, segundo Servilha (2012), a um projeto centralizado pelo governo ditatorial, quando seu ambicioso programa de incentivos fiscais e creditícios acolheu as grandes empresas de reflorestamento de eucalipto para a modernização capitalista do estado, integrando floresta-carvão-siderurgia. E por favorecer tal empreendimento pela pouca declividade, fertilidade e valorização, parte das chapadas do Vale foi incorporada e produzida a partir da articulação de discursos políticos, sendo que esta busca por legitimação social de certas atividades econômicas ainda continua nos dias de hoje, como é o caso da Aperam BioEnergia e seu discurso sustentável.

Em seu relatório de sustentabilidade, a Aperam reúne dados e indicadores do ano de 2016 de sua unidade brasileira, a Aperam South America, e subsidiária, a Aperam BioEnergia.<sup>11</sup> Ao guiar uma gestão em torno dos princípios sustentáveis (“economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa”), inclusive já atestada com o certificado da ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental (Aperam, 2017, 2024), a empresa precisa considerar as frentes econômica, ambiental e social no alinhamento de suas práticas, nas quais as respectivas noções de inovação, eficiência e investimento (United Nations, 1987) sustentam o conteúdo de seus negócios propagandeados.

Na economia, as inovações da Aperam BioEnergia são sinônimos de modernizar os processos de produção de carvão vegetal, principalmente com a expansão da automação de suas unidades de bioenergia. Esse projeto possibilita a operação das

---

<sup>11</sup> “Nós reconhecemos a importância dos relatórios corporativos de sustentabilidade e incentivamos as empresas, quando apropriado, especialmente as grandes e de capital aberto, a considerarem a integração de informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. Nós encorajamos a indústria, os governos envolvidos e as principais partes interessadas, com o suporte do sistema da Organização das Nações Unidas, conforme apropriado, a desenvolver modelos de melhores práticas e facilitar ações para a integração de relatórios de sustentabilidade, levando em conta as experiências de estruturas já existentes e prestando especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive para construção de capacidades” (United Nations, 2012, p. 9, tradução nossa).

unidades de produção de energia por uma central computadorizada, via monitoramento remoto. Assim com os valores de liderança (“líder e ambiciosa, audaciosa e sustentável”), inovação (“inovadora e ativa, talentosa e criativa”) e agilidade (“ágil e rápida, adaptável e flexível”), a empresa se mostra antenada às melhores práticas corporativas globais (Aperam, 2017) em busca constante do crescimento econômico, intensificando o uso dos recursos naturais conforme a demanda do mercado global, a fim de evitar o estancamento da economia de uma região historicamente qualificada como atrasada; aliás, onde a pobreza tende a pressionar o uso de recursos de modo insustentável – “a pobreza é uma das principais causas e efeitos dos problemas ambientais no mundo” (United Nations, 1987, p. 19, tradução nossa).

E visto que o discurso massivo responsabiliza a agricultura de subsistência pelo baixo dinamismo econômico do Vale do Jequitinhonha e, como solução, a geração de emprego seria o caminho para alavancar seu crescimento regional, a Aperam BioEnergia contava, ao fim de 2016, com 1.038 empregados em Itamarandiba, Capelinha, Turmalina, Veredinha e Minas Novas (Aperam, 2017), sendo que houve “leve redução” em relação ao ano anterior pelo encerramento de projetos temporários, mas sem detalhes divulgados. Nesse universo de atuação com a estimativa total de 129.429 habitantes e 17.324 pessoas ocupadas para o mesmo período em análise (Brasil, 2016), o quadro de trabalho formal da empresa se fragmenta por gênero (93,8% homens), regime (92,3% por turno) e município (49,7% em Itamarandiba e 31,9% em Capelinha). Ademais, as ações de formação continuada destinam anualmente 30 vagas para estudantes (estágios de férias ou trabalhos temporários) e custearam, em 2016, 40 bolsas para jovens (cursos profissionalizantes) pelo projeto “Menor Aprendiz” em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e a Federação das Indústrias de Minas Gerais, quando 10% dos participantes puderam ser admitidos pela própria Aperam BioEnergia.

“Como parte de nosso compromisso com uma atuação ambientalmente responsável, estamos constantemente focados em **otimizar** nossos processos e em utilizar os recursos de maneira **racional**” (Aperam, 2017, p. 4, grifo nosso). As palavras do então presidente da Aperam Inox América do Sul S.A., Frederico Ayres Lima, referem-se a mais um objetivo específico da ONU, agora acerca da conservação e do melhoramento dos recursos naturais: o uso eficiente e a prioridade por fontes renováveis (United Nations, 1987). Os avanços técnicos nas práticas de silvicultura e melhoramento genético<sup>12</sup> prometem um baixo consumo de madeira,

---

<sup>12</sup> Nessa área, a Aperam BioEnergia se destacou com “[...] o registro de um novo clone de eucalipto junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O material patentado, desenvolvido na Empresa, se destaca por apresentar maior densidade na madeira, melhor qualidade do carvão vegetal e maior produtividade, contribuindo para a sustentabilidade das florestas plantadas no Vale do Jequitinhonha” (Aperam, 2017, p. 7).

em relação ao volume de carvão vegetal produzido e voltado para os altos-fornos de sua indústria siderúrgica no Vale do Rio Doce, estado de Minas Gerais. E por serem certificadas por *Forest Stewardship Council* (FSC), uma organização não governamental fundada em 1993 para promover e reconhecer internacionalmente produções responsáveis em manejo florestal, as florestas renováveis de eucalipto nos cinco municípios do Vale do Jequitinhonha asseguram, para a Aperam (2024), o carvão como “uma fonte de energia limpa e renovável”, obtido por “um processo de produção sustentável” que permite a produção de um tipo de aço plano especial assim classificado como “aço verde”.<sup>13</sup>

Portanto, ao se comprometer com uma atuação ambiental mais responsável por manter esforços na otimização do uso de recursos naturais renováveis, “[...] reduzindo o consumo, ampliando o reaproveitamento quando possível e utilizando tecnologia para desenvolver alternativas mais eficientes para suas necessidades operacionais” (Aperam, 2017, p. 17), a empresa destinou, em 2016, R\$ 1,5 milhão em ações de proteção ambiental na região. Nesta inclusão do meio ambiente e da economia nas tomadas de decisão (United Nations, 1987), 73,3% dos gastos pela Aperam BioEnergia foram para manutenção de estradas e, desse percentual significativo, R\$ 125 mil foram realmente para investimentos ambientais: proteger as redes de drenagem e nascentes contra o assoreamento pela reforma das caixas de contenção das águas pluviais. Do resto, o segundo maior investimento foi em análises ambientais da água (7,3%), seguido pela prevenção de incêndios florestais (7%).

Para a administração do risco, a reorientação tecnológica (United Nations, 1987) da Aperam BioEnergia tem concentrada na vigilância, em tempo integral, de seus 126 mil hectares por cinco equipes da segurança patrimonial e, em início de implantação, um sistema de monitoramento por câmeras de alta definição, que promete cobrir pontos estratégicos e tornar mais rápida a identificação de fumaça à distância. Pelo aumento do volume de madeira empilhada queimada diante da diminuição nas ocorrências de incêndio e sua área comercial queimada, a empresa apontou um aumento de incêndios criminosos no ano de 2016. Mesmo assim, todo este empenho em ampliar e aperfeiçoar a tecnologia de prevenção aos incêndios florestais, além da promoção anual da Semana Integrada de Prevenção a Incêndios (ações de conscientização por meio de *blitz* educativa, seminário, materiais informativos, peças teatrais e produção de vídeo-documentário), justifica-se, nos termos da Aperam (2017), por esses consistirem em um risco à vida humana,

---

<sup>13</sup> O plantio de eucalipto no Vale também tem contribuições significativas no repertório discursivo e estratégico da empresa em torno de sua “ambientalização” corporativa, inclusive, ampliado nos últimos anos. Por exemplo, o recente título da Aperam South America como “a primeira empresa com balanço carbono neutro do mundo” só se sustenta à custa das “florestas 100% renováveis de eucalipto” da Aperam BioEnergia, responsáveis tanto pela captura dos gases de efeito estufa quanto pela redução de sua emissão, na condição de biocombustível.

alterarem a qualidade do ar, influenciarem a disponibilidade hídrica na região e ameaçarem a fauna e flora locais.

Já sobre responsabilidade social, a Aperam South America mantém investimentos nas comunidades em que atua pela Fundação Aperam Acesita, criada em 1994 para “[...] avaliar de perto as necessidades locais e discutir as melhores formas de fomentar a qualidade de vida das comunidades, contribuindo para a implementação de políticas públicas nesse sentido” (Aperam, 2017, p. 25). Com participação em conselhos e comitês municipais, regionais e estaduais, essa fundação implementa programas e projetos nas áreas de cultura, educação, meio ambiente e promoção social a partir de diagnósticos locais, de modo a atender, assim, parte das necessidades humanas essenciais (United Nations, 1987).

Os investimentos sociais da Fundação Aperam Acesita no Vale do Jequitinhonha, em 2016, podem ser resumidos em: projeto “Empreendedorismo nas Escolas” e seu objetivo de capacitar para empreender (1.206 alunos dos ensinos fundamental e médio como público atendido); apoio às associações de artesãos pela exposição de seus artesanatos em cerâmica (organização e logística do evento, junto à produção de cartões e sacolas) e pelo fornecimento de lenha para a queima da produção (45 estéreos para 85 artesãos, a cada três meses, no total de R\$ 9 mil); arrecadações em ações solidárias, como no Arraiá Solidário (R\$ 10 mil para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itamarandiba, em parceria com outras 24 empresas) e na Campanha do Agasalho (cobertores para “centenas de famílias carentes” de Capelinha, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e paróquias); financiamento do projeto “Apicultura em Rede no Vale” (consultorias e *workshops* para 100 profissionais ligados à cadeia produtiva do mel, com cessão de áreas florestais), por meio de recursos próprios e de entidades parceiras; e oferta de postes de madeira para cercar terrenos vizinhos (em contrapartida, os proprietários arcam com a mão de obra e demais materiais) (Aperam, 2017).

Por suas características já mencionadas, o neoliberalismo é uma vertente capitalista que incentiva o confronto escalar, como o conflito entre a política local, então esvaziada de poder, e os agentes globais recém-chegados, propensos tumultuadores por suas condições extra locais (Acsegrad, 2008). E com o passar do tempo no Vale, as modernas políticas de desenvolvimento contribuíram, na verdade, para o aumento da concentração fundiária pela expulsão e invasão das terras camponesas, de acordo com investigações de Servilha (2012).

O avanço da modernização sobre o campo determinou um enorme processo de expropriação de terras em todo o país e sua apropriação pelo capital privado nacional e internacional. [...] Esses projetos [de desenvolvimento], parte do processo nacional de expansão das fronteiras agrícolas, tiveram no Jequitinhonha o objetivo de transformar as terras devolutas – mas não desocupadas – em grandes áreas de reflorestamento, o que resultou tanto na implantação dos *desertos verdes* de eucalipto como

na reestruturação das grandes fazendas, que passaram a ser comandadas, principalmente, por grandes corporações, a exemplo da Arcelor Mittal e da Acesita. Esse processo resultou na expulsão de trabalhadores agregados, na expropriação e violência sobre posseiros e pequenos proprietários de terra e na destruição dos *usos e costumes* já consagrados sobre as terras de chapada – devolutas (Souza; Moreira, 2017, p. 111-112, grifo dos autores).

Ao lado da agricultura familiar, pecuária extensiva e extração mineral, o monocultivo de eucalipto ainda é um dos principais pilares da economia basicamente primária da região, conforme Souza e Moreira (2017), com sua produção de carvão dirigida às regiões produtoras e exportadoras de *commodities* minerais, ocupando uma quantidade expressiva de terras sem gerar, na mesma proporção, emprego e renda para a população local. Além do mais, aquela histórica pressão em terras camponesas por latifundiários, acrescida por setores do capital financeiro nas últimas décadas, continua vigente e, assim, a disputa por terra induz a constantes conflitos no nordeste do estado de Minas Gerais.

Como tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento, relativas a interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica (Acselrad, 2004), os conflitos ambientais constituem-se por manifestações sociais que denunciam o embate desigual entre lógicas de uso territorial: a consolidada/tradicional *versus* a emergente/modernizadora. Para Zhouiri e Zucarelli (2010), esses conflitos no Vale do Jequitinhonha envolvem atualmente mineração, geração de energia, criação das unidades de conservação e monocultura de eucalipto, sendo este tipo agrupado em questão fundiária ou de uso dos recursos naturais. A expansão do cultivo de eucalipto coage famílias da região quando passa a exigir a titulação das propriedades para comprovar a delimitação física de suas áreas – um processo jurídico contraditório perante o tradicional regime regulador da posse familiar, o qual trata do uso coletivo, sem divisas burocráticas, das chapadas para a criação extensiva de gado e o extrativismo manual de recursos florísticos.<sup>14</sup> Já as atividades reflorestadoras impõem impactos e/ou restrições no usufruto da natureza, por exemplo, nas águas (redução do volume ou extinção de córregos e ribeirões, degradação de nascentes, privação pelo represamento de cursos d'água nas cabeceiras, contaminação superficial e do lençol freático, assoreamento de corpos hídricos), nos solos (erosão e carreamento para córregos e veredas, contaminação) e na fauna silvestre (mortandade).

---

<sup>14</sup> As denúncias daqueles incêndios criminosos pela Aperam BioEnergia podem ter correlações a estas restrições comunitárias impostas pela própria empresa, no momento em que essa introduz cercas jurídicas e não reconhece o uso comum do ambiente que garantiu, sobretudo, sua conservação pretérita.

Como previstos, os conflitos específicos na área de atuação da Aperam BioEnergia condizem com as questões ambientais citadas acima, segundo o mapa estadual do Gesta (2024). Disputas familiares por demarcação de territórios, numa área de 5,6 hectares, pelo avanço da monocultura de eucalipto em Itamarandiba; desmatamento de 38,1 hectares de mata nativa e plantio de 10,5 hectares de eucalipto, numa área com nascentes sob disputa judicial, que assoreou uma lagoa e um córrego em Capelinha; mobilizações populares (audiências públicas, passeatas e protestos) como resistência à desregulamentação de terras e os impactos hídricos em Capelinha; uma série de desmatamentos ilegais de pequizeiros e em Área de Preservação Permanente, às vezes com o plantio de eucalipto próximo a nascentes, e descumprimento de leis trabalhistas no caso do trabalho terceirizado em Turmalina e Minas Novas; e efeitos dos agrotóxicos contra pragas do eucalipto na cadeia produtiva do mel (desde a polinização por abelhas até seus produtos finais) e na saúde humana nos cinco municípios materializam o atual comprometimento ambiental da empresa no Vale.

Embora mediada por canais de diálogo, a relação entre empresas e organizações da sociedade civil ainda é tensa na região: enquanto aquelas agem com cautela, estas encaram com reserva as ações mitigadoras, pois viram as autointituladas “empresas que respeitam a natureza” destruírem a biodiversidade no passado, como apontam Calixto e Ribeiro (2007). As medidas em meio ambiente e responsabilidade social pela Aperam BioEnergia, essenciais para obter a certificação por FSC e se inserir no mercado global, são tímidas na prática e exacerbadas no discurso, diante dos históricos e atuais conflitos ambientais.<sup>15</sup> Não se investe proporcionalmente em planos de conservação e recuperação ambientais em face dos passivos ecológicos e sociais gerados, mas sim, se gasta cada vez mais com projetos eucaliptais que visam melhorar a produtividade; não incentiva uma participação ativa das comunidades, mas sim, recorre a um assistencialismo imediato, superficial e conveniente; não oportuniza as diversas experiências (locais) de desenvolvimento, mas sim, impõe o antigo crescimento baseado numa economia (global) que produz mais espaços homogêneos, agora de forma eficaz. A propósito, os impactos do avanço técnico, responsável pela eficiência ambiental, nos postos de trabalho merecem ser ponderados, afinal, essa correlação reconhecida na literatura científica pode diminuir ainda mais a geração de emprego no Vale do Jequitinhonha – uma aposta do regime militar assimétrica à área ocupada pelo cultivo de eucalipto e inferior à proporcionada pela agricultura familiar, que desmantelou as relações e condições de trabalho e transformou parte dos camponeses em boias frias, com migrações

---

<sup>15</sup> Em tom de crítica mais geral, Porto-Gonçalves (2006, p. 16) já chamou atenção para a distância entre discurso e prática nas pautas ambientais, ao questionar a eficiência das sutis propostas perante a grave crise ambiental: “o debate ambientalista cada vez mais se torna um debate com fortes conotações esquizofrênicas, onde a gravidade dos riscos com que o Planeta se defronta, aliás, gravíssimos como freqüentemente se anuncia, contrasta com as pírias e tímidas propostas do gênero ‘plante uma árvore’, promova a ‘coleta seletiva de lixo’ ou desenvolva o ecoturismo”.

definitivas ou temporárias para o estado de São Paulo e seu setor sucroalcooleiro (Souza; Moreira, 2017).

Na época passada do discurso desenvolvimentista, se a política de que se trata criou “[...] uma tensão entre os setores da sociedade beneficiados diretamente por ela – principalmente as empresas siderúrgicas e reflorestadoras – e o setor da sociedade que se considerou excluído – as comunidades de agricultores familiares tradicionais da região” (Calixto; Ribeiro, 2007, p. 438), o atual discurso sustentável cria políticas que mantêm tal tensão na prática e, como diferencial, prossegue com a acumulação capitalista renovada pela regulação ambiental, assim com suas atividades legitimadas pela modernização ecológica. Florestas renováveis como “fonte de riquezas econômicas e sociais”, pois “geram empregos, mantêm o homem no campo e mobilizam diversas ações de responsabilidade social”, na visão da Aperam (2024, on-line), estão longe (e nem possuem o real objetivo) de se tornarem realidade na produção global na natureza, pois quando o Vale é visto do lado de cá, de baixo para cima em termos populares, “[...] os eucaliptais contribuíram [mais] para integrar a região ao padrão nacional de questão agrária, pela concentração dos recursos, dos patrimônios e da terra” (Calixto; Ribeiro, 2007, p. 448).

## **Considerações finais**

A modernização ecológica representa o modo de internalizar as externalidades na economia, as quais são um conjunto de efeitos colaterais longe da compreensão da teoria do processo econômico. Para Leff (2010), a internalização da entropia de processos produtivos, dos desequilíbrios ecológicos, da destruição dos ecossistemas, da pobreza extrema, como alguns exemplos, é pela atribuição dos preços e valores de mercado a essas externalidades, para flexibilizar, limitar, regulamentar e controlar seus excessos e, portanto, continuar a estender a racionalidade econômica – de maneira direta, a “ecologização” da economia e a capitalização da natureza. Por isso, Acselrad (2012, p. 68) considerou que o debate ambiental, ao contrário do que assegura o senso comum economicista, não se refere facilmente à racionalidade ecológica do aparato técnico em economizar matéria e energia, mas à resolução do conflito entre “[...] diferentes lógicas de apropriação e uso dos recursos ambientais – das terras, águas, atmosfera e sistemas vivos. Isso porque esses recursos, de um lado, são fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, são fonte de acumulação de lucros para grandes corporações”.

Para a pesquisa do espaço social, Lefebvre (1991) identificou a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação como os três momentos da produção material, de conhecimento e de significado, respectivamente, que figuram a realidade espacial tridimensional. Articulada entre si e apoiada na globalidade do espaço abstrato/contraditório, essa tríade dimensional no Vale do Jequitinhonha permitiu identificar conteúdos coadunáveis nas representações da

ONU e Aperam BioEnergia em torno da sustentabilidade e que estão de acordo com as práticas na região, indicando como os discursos sustentáveis se materializam na realidade: a continuidade da extensa incorporação da natureza e intensa produção de seus recursos por agentes de fora para atender um mercado também de fora, numa típica condição de colonialidade e dependência, sem uma geração de emprego compatível à vastidão de terras cercadas e com inovações tecnológicas voltadas mais para aumentar a produtividade e menos para amortecer as dívidas ecológicas e sociais da monocultura do eucalipto, ao longo das décadas. Inerentes a essa produção espacial do conhecimento e material, os espaços cotidianos produzem significados dialéticos entre monocultura e biodiversidade, latifúndio e minifúndio, sustentabilidade global e desenvolvimentos regionais – símbolos básicos que motivam as tensões no Vale e estão no cerne de seus conflitos ambientais. E por elucidar as verdadeiras propostas do desenvolvimento e da sustentabilidade no presente estudo, a contribuição da tríade lefebvriana demonstra sua relevância metodológica ao interconectar dialeticamente a ação, o pensamento e a criatividade sociais.

Enfim, pode-se assegurar que o adjetivo “sustentável” tem sido apoderado como sinônimo de crescimento econômico, visto que sua proposição não renova a produção do espaço que se concretiza e nem visa outra sem ser essa que se avança. De fase em fase, o sistema econômico-político inova os significados de determinadas palavras estratégicas a partir de novas denominações a antigos processos e, assim, propõe pseudoconceitos que buscam abalar a perspectiva crítica da própria história. Pelo qualificador sustentável, o capitalismo neoliberal procura ocultar a causalidade da realidade para não revelar sua real natureza. E, nisso, o grande desafio ambiental é, na interpretação de Leff (2007, p. 9), romper com o pensamento único do progresso sem limites, responsável pela superexploração da natureza, e legitimar outras formas de compreensão da vida e complexidade do mundo sob uma nova ética da práxis; “e para isso não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos [...]”.

“Mudar a vida!’, ‘mudar a sociedade!’. Esses preceitos nada significam sem a produção de um espaço apropriado”, segundo Lefebvre (1991, p. 59, tradução nossa). Em outras palavras, mudanças não vêm por projetos adequados à produção capitalista do espaço e sua dominação, mas por outra produção do espaço a começar por sua apropriação, em busca do resgate do valor de uso do espaço. Em vista disso, Harvey (1996, p. 381, tradução nossa) avaliou que, quando a questão ambiental se incorpora à lógica global capitalista, “usar como bode expiatório os limites naturais em vez das contradições internas do capitalismo é uma tática bem testada”, em tempos de crise. E, por isso, a luta por um meio ambiente onde prevaleça a autonomia das comunidades deve ser, nos dias de hoje, o centro da luta contra o modo de produção global da natureza, afinal, não adianta apenas ouvir a população em projetos modernos e verdes, sem considerar sua relação histórica com o próprio

território e, muito menos, suas aspirações de como desenvolvê-lo. Por mais que esse seja um caminho longo e difícil, é urgente buscá-lo para evitar “[...] armadilhas de noções fáceis que nos são oferecidas pelos meios de comunicação de massa, com noções como ‘qualidade de vida’ ou ‘desenvolvimento sustentável’ que, pela sua superficialidade, preparam hoje, com toda a certeza, a frustração de amanhã” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 16).

## Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Sustentabilidade, território e justiça ambiental. In: MIRANDA, A. C. de *et al.* (Org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 101-116.

ACSELRAD, H. Ambientalismo-espectáculo? **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 298, p. 66-68, nov. 2012.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: BSD/FASE, 1999.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

APERAM. Aperam South America. Aperam BioEnergia. **Made for life** – relatório de sustentabilidade 2016. Timóteo, 2017. Disponível em: <<https://aperambioenergia.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Relat%C3%B3rio-Sustentabilidade-2017-Aperam-e-BioEnergia-1.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

APERAM. Aperam South America. Aperam BioEnergia. **Sustentabilidade** – meio ambiente e responsabilidade social. Timóteo, 2024. Disponível em: <<https://aperambioenergia.com.br/sustentabilidade/meioambiente>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, M. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.).

**Geografia:** conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 271-307.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades** – Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, Á. E. M. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 437-450, 2007.

CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: Editora UEMG, 2012.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GESTA. Observatório dos Conflitos Ambientais. **Mapa dos conflitos ambientais**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012a.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012b.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. Ixtapaluca: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

LEFF, E. Precisamos de uma nova racionalidade. **Senac e Educação Ambiental**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2007.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIPIETZ, A. **L'audace ou l'enlèvement**: sur les politiques économiques de la gauche. Paris: La Découverte, 1984.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SERVILHA, M. M. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. Niterói. 2012. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, C. L. S. de; MOREIRA, R. C. Vale do Jequitinhonha: migrações temporárias e superexploração da força de trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 109-127, set./dez. 2017.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development. **Stockholm 1972** – report of the United Nations Conference on the Human Environment, New York, 1973. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/523249?v=pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development. **Our common future** – report of the World Commission on Environment and Development, Oslo, 1987. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/139811?v=pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development. **The future we want** – report of the United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_66\\_288.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_66_288.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2023.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (Org.). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. p. 209-236.

Data de submissão: 02/09/2024

Data de aprovação: 27/07/2025

Revisão: o autor do artigo (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

---

*Pacelli Henrique Martins Teodoro*

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Rodovia MGT 367-Km 583, número 5.000 – Alto da Jacuba  
39100-000 Diamantina/MG, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1893-6862>

E-mail: [pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br](mailto:pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br)